ESP-PENIT.TEN.PM JOSE ALFREDO C.BORIN-REGINOP

Edital 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	380223-ESP-PENIT.TEN.PM JOSE ALFREDO C.BORIN-REGINOP	EDINEIA SOLANGE BORGES INACIO	03/09/2026 16:56 (v 0.5)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00394968/2026-74

PREAMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO
90013/2026-CPREG

CONTRATANTE (UASG)
380223 COMPLEXO PENAL DE REGINOPOLIS

OBJETO

Aquisição de **materiais de consumo diversos (**Material de Cama, Mesa e Banho; Material e Utensílios para Refeitório, Copa e Cozinha; Material de Limpeza; Artigos de Higiene Pessoal; Material de Acondicionamento e Embalagem; Peças de Reposição e Acessórios; Material para Conservação e Manutenção de Imóveis; e Outros Materiais de Consumo), destinados à reposição de estoque e ao atendimento das demandas operacionais, administrativas e de apoio das **Unidades I e II do Complexo Penal de Reginópolis**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 271.152,90 (duzentos e setenta e um mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/09/2026 , às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço/por item

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NAO

Sumário

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Do objeto

COMPLEXO PENAL DE REGINOPOLIS
Processo Administrativo nº 006.00394968/2026-74

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026-CPREG

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 18/09/2026, às 09:00 horas

Torna-se público que o(a) .Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária, Coordenadoria de Execução Penal da Região Noroeste, por meio do(a) .Complexo Penal de Reginópolis), sediado(a) Estrada Vicinal Roberto Kassin, km 04, Centro Prisional, CEP 171.196-901, Reginópolis /SP realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de materiais de consumo de naturezas diversas para atendimento das necessidades deste Complexo Penal de Reginópolis, com entrega unica,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br /compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3 A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4 Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5 Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1 Para os itens, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.2 Considerando o valor estimado do item/grupo objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1 A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8 O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9 No que concerne aos subitens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal;
4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previd ência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa , empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
4..4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas , as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas , empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas , empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada .
4.4.6. Olicitante organizado em cooperativa declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.5.A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio dos lances.
4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de

propostas, após a fase de envio de lances.
4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
5.1.1. Valor unitário e total do item
5.1.2. Marca;
5.1.3. Fabricante;
5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de [valor inferior] / [percentual de desconto superior] (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de :

ITEM	**diferenca entre lances**

1	R$ 0,02
2	R$ 0,05
3	R$ 2,50
4	R$ 0,50
5	R$ 0,05
6	R$ 0,05
7	R$ 0,50
8	R$ 0,50
9	R$ 0,05
10	R$ 0,05
11	R$ 0,02
12	R$ 0,05
13	R$ 0,05
14	R$ 0,05
15	R$ 0,05
16	R$ 0,05
17	R$ 0,05
18	R$ 0,50
19	R$ 0,02
20	R$ 0,02
21	R$ 0,50
22	R$ 0,02

23	R$ 0,02
24	R$ 0,05
25	R$ 0,02
26	R$ 0,02
27	R$ 0,05
28	R$ 0,02
29	R$ 2,50
30	R$ 2,50
31	R$ 0,02
32	R$ 0,05
33	R$ 0,02
34	R$ 0,02
35	R$ 0,02
36	R$ 0,02
37	R$ 0,05
38	R$ 0,02
39	R$ 0,02
40	R$ 0,02
41	R$ 0,02
42	R$ 0,02
43	R$ 0,02
44	R$ 0,02
45	R$ 0,05

46	R$ 0,02
47	R$ 0,02
48	R$ 0,02
49	R$ 0,02
50	R$ 2,50
51	R$ 2,50
52	R$ 2,50
53	R$ 2,50
54	R$ 0,02
55	R$ 0,02
56	R$ 0,05
57	R$ 0,02
58	R$ 0,50
59	R$ 0,02
60	R$ 0,02
61	R$ 0,02
62	R$ 0,02
63	R$ 0,05
64	R$ 0,02
65	R$ 0,05
66	R$ 0,02
67	R$ 0,02

68	R$ 0,50
69	R$ 0,02
70	R$ 0,02

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
6.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
6.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
6.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
6.10.15.Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11 Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
6.14 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
6.17 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
6.17.2 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
6.17.2.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
6.17.2.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
6.17.2.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
6.17.2.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.17.3 Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
6.17.3.1 empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
6.17.3.2 empresas brasileiras;
6.17.3.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
6.17.3.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
6.17.4 Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
6.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer [acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.18.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
6.18.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.18.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
6.18.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas , envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
6.18.6 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
6.19 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;
7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis;
7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep;
7.1.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI;
7.1.5 Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções;
7.1.6 Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP;
7.1.7 Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
7.1.8 Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

7.2 Em relação à pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1 Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2 Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 contiver vícios insanáveis;
7.7.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço ou necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

7.10 O ajuste de que trata o item anterior limita-se ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico- financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.7.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser solicitados formalmente no endereço eletrônico: adm@p1regi.sap.sp.gov.br

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;
12.2.2. multa;
12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): adm@p1regi.sap.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet https://www.comprasnet.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.
13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.
13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.
13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.
14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a [assinatura de Termo de Contrato], cuja minuta integra este Edital como Anexo.
14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.
14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
14.2.1.5.1.a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;
14.2.1.5.2.a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);
14.2.1.5.3.O adjudicatário terá o prazo de 03 (tres) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
14.2.2.1.O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
14.2.2. 2.O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
14.2.2.3.Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir- se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e poderão ser solicitadas no endereço eletrônico **adm@p1regi.sap.sp.gov.br**
14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;
14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;
14.15.2. ANEXO II –Minuta de Termo de Contrato (nota de empenho)

14.15.3.ANEXO III – Resolução SAP 49/2024.
14.15.4.ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

REGINÓPOLIS, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ALESSANDRO TONHAO RIQUETI

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 03/09/2026 às 16:56:05.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1-TR380223_000031_2026.pdf (1.33 MB)
- Anexo II - 1.1-ETP380223_000018_2026.pdf (182.85 KB)
- Anexo III - 2-MINUTA DE EMPENHO.pdf (143.32 KB)
- Anexo IV - 3-ANEXO III RESOLUCAO_SAP_n.__49_2024_retiticada.pdf (723.11 KB)
- Anexo V - 4-ANEXO IV PROPOSTA.pdf (78.07 KB)

ESP-PENIT.TEN.PM JOSE ALFREDO C.BORIN-REGINOP

Termo de Referência 31/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
31/2026	380223-ESP-PENIT.TEN.PM JOSE ALFREDO C.BORIN-REGINOP	EDINEIA SOLANGE BORGES INACIO	03/09/2026 15:07 (v 0.3)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00394968/2026-74

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de materiais de consumo de natureza diversos, com entrega imediata, para atender ao consumo deste COMPLEXO PENAL DE REGINÓPOLIS (Penitenciária “Tenente PM José Alfredo Cintra Borin”/ Penitenciaria “Sargento PM Antônio Luiz de Souza”), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT COMPRAS	QUANTIDADE PI	QUANTIDADE PII	TOTAL PI E PII	MEDIANA PREÇOS COMPRAS	VALOR TOTAL R$
1	Agua Sanitaria; Solucao Aquosa,a Base de Hipoclorito de Sodio Ou Calcio; Com Validade de 6 Meses; Teor de Cloro Ativo 2%pp a 2,5pp; Registro e Laudo Analitico do Fabricante; Acondicionada de Forma Adequada; Rotulagem Contendo: Marca, nome do Fabricante e Fantasia,cnpj,e-mail; Telefone do Sac (servico de Atendimento Ao Consumidor), N° do Lote, Data Da Fabricacao, Peso; Composicao, Tecnico Responsavel; Prazo de Validade; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	143766	28 frasco 1 litro	299605	1500	1500	3000	R$ 2,45	R$ 7.350,00
2	Aguarras; a Base de Solventes Alifaticos e Aromaticos, Isento de Benzeno, Alcool e Querosene; para Diluicao de Esmaltes Sinteticos, Tintas Oleo, Vernizes; Na Forma de Liquido Incolor, Inflamavel, Densidadede 0,75-0,80 G/cm³ e Voc de 773-777 G/l; Acondicionado Em Embalagem Que Assegure a Qualidade do Produto; Validade de 48 Meses Apos Data de Recebimento; Conforme Nbr/abnt 11702 Tipo 4.7.7, Voc Din En 11890-1;	5222788	449 Lata 5 litros	429924	16	6	22	R$ 75,35	R$ 1.657,70

3	Aquecedor; Eletrico de Passagem; Com 03 Temperaturas; Potencia 5.500w; Tensao de 220v; Pressao de Trabalho de 20 a 200 Kpa (2 a 20 Mca); Com Saida de Agua Quente e Saida de Agua Fria; Compativel Com Dr; Grau de Protecao Ip24; Com Engate e Desengate Rapido e Fechamento Automatico do Fluxo de Agua; Garantia Minima de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5375452	1 Unidade	602473	20	20	40	R$ 245,25	R$ 9.810,00
4	Aro para Carrinho de Transporte; Com Pneu Maciço Extra Forte, 3.50" x 8", Com Rolete para Eixo de 1" (26 Mm); Com Capacidade para 200 Kg;	6092934	1 Unidade	335331	10	10	20	R$ 139,74	R$ 2.794,80
5	Bacia; de Aluminio; Com Diametro 50 Cm; Com Altura 12,5cm No Minimo; Com Capacidade de 12 a 14 Litros;	6346219	1 Unidade	236286	2	2	4	R$ 45,68	R$ 182,72
6	Bacia; de Polipropileno; Com Diametro Minimo de 510mm; Com Altura Minima de 190mm; Com Capacidade Minima de 28,0l; Na Cor Azul;	5391636	1 Unidade	393512	3	3	6	R$ 26,90	R$ 161,40
7	Bombona; Em Polietileno de Alta Densidade, Virgem, Atoxica; Com Capacidade para 30 L; No Formato Cilindrico, Tampa Com Rosca Interna, Alcas Laterais, Medindo No Minimo (60x 25)cm (axl); para Armazenamento e Transporte de Leite;	4295560	1 Unidade	374575	16	16	32	R$ 197,00	R$ 6.304,00
8	Bombona; Em Polietileno; Com Capacidade para 50 Litros; No Formato Cilindrico, Medindo 65,2 x 36 x 21 Cm (altura x Diametro x Diametro Boca); para Armazenamento e Transporte de Alimentos Liquidos; Com Tampa Removivel, Fechamento Com Tampa de Rosca e Alcas Laterais, Com Vedacao Completa; Na Cor Cinza; Em Conformidade Com As Normas e Procedimentos Da Anvisa;	3600351	1 Unidade	465988	16	16	32	R$ 178,00	R$ 5.696,00
9	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Atoxico; Medindo (18x40x60)cm (axlxc) Com Capacidade para 36 Litros; Modelo Fechada, Sem Perfuração e Empilhável; Na Cor Branca; Sem Tampa; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Alimentos;	5305306	1 unidade	467005	5	5	10	R$ 53,75	R$ 537,50
10	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Atoxico; Medindo (55,5 x 40,3 x 18,1) cm (c x l x A) Com Capacidade para 26,5 Litros; Modelo Empilhavel; Na Cor Branca; Com Tampa e Travamento Nas Laterais; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Materiais;	4547233	1 Unidade	438010	5	5	10	R$ 49,95	R$ 499,50

11	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Atoxico; Medindo (7,5x29,5x41,5)cm (axlxc) Com Bordas Arredondadas, Com Capacidade 6,5 Litros; Modelo Fechada; Na Cor Branca; Aberta, Sem Tampa; No Formato Retangular, Sistema Empilhavel; para Acondicionamento de Materiais;	4839366	1 Unidade	363627	5	5	10	R$ 19,44	R$ 194,40
12	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Injetado; Medindo (55x36x31)cm, Capacidade 52 Litros; Modelo Vazada; Na Cor Branca; Sem Tampa; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Alimentos;	1532626	1 Unidade	348799	100	100	200	R$ 45,00	R$ 9.000,00
13	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Rigido; Medindo (620x390x320)mm, Com Capacidade para 61 Litros; Modelo Fechada; Branca; Com Tampa; No Formato Retangular; Encaixavel e Empilhavel;	4690664	1 Unidade	378071	10	10	20	R$ 79,99	R$ 1.599,80
14	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Rigido; Medindo Externa 31x36x55cm (axlxc) e Internas 30x33x52,5cm (axlxc); Modelo Vazada, Com Vao Pegador Lateral (alca) - Ecapacidade para 52 L; Na Cor Preta; Sem Tampa; No Formato Retangular;	1855867	1 Unidade	316873	50	50	100	R$ 35,55	R$ 3.555,00
15	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno, Atoxicas, Com Selo Bpa Free; Medindo (34x54x12)cm, 15 Litros; Fechada; Branca; sem tampa, Empilhaveis; No Formato Retangular; Ideal para Organizar, Preparar e Acondicionar Os Alimentos;	6395376	1 unidade	398276	5	5	10	R$ 40,22	R$ 402,20
16	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo (21,5x40,0x60,0)cm Externa, 21,0x36,5x56,5)cm Interna; Fechada, Capacidade para 43 Litros; Na Cor Branca; Com Tampa; No Formato No Formato Retangular;	3505227	1 Unidade	639042	20	20	40	R$ 73,89	R$ 2.955,60
17	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo 54,5 (c) x 38 (l) x 25 (a) Cm, Capacidade de 35 Litros; Fechada; Na Cor Branca Translucida; Com Tampa Branca Translucida, Sem Travas; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Material de Consumo;	4688147	1 unidade	367186	8	8	16	R$ 62,00	R$ 992,00
18	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo Comp.78xlarg.56xalt.41cm, capacidade 130 Litros; Modelo Fechada; Branca; Com Tampa; No Formato Retangular; Acondicionamento de Alimentos;	2144808	1 Unidade	320212	32	32	64	R$ 163,50	R$ 10.464,00
	Cimento Portland Comum (cpi); Composto de Clinquer Adicionado de Sulfatos de Calcio; Com								

19	Resistencia de 25 Mpa; Porcentagem Em Peso de Clinquer+sulf. de Calcio de 100%; Embalagem Em Sacos de Papel Tipo "kraft"; Com Limite de Porcentagem de Residuo Insoluvel Menor Ou Igual a 1%; Com Limite de Porcentagem de Perda Ao Fogo Menor Ou Igual a 2%; Com Limite de Porcentagem de Oxido de Magnesio Menor Ou Igual a 6,5%; Limite de Porcentagem de Trioxido de Enxofre Menor Ou Igual a 4%; Com Limite de Porcentagem de Anidrido Carbonico Menor Ou Igual a 1%; C/ Tempo de Inicio/fim de Pega, Respectivamente Maior Ou Igual a 1 Hora/menor Ou Igual a 10 Hs; Com Sigla Cpi-25; Com Limite de Expansibilidade a Quente/frio Menor Ou Igual a 5 Mm; Normatizacao Conforme Nbr 5732, Mb-2295, Eb-1, Etc; Limite de Residuo Na Peneira 75 Milimicra Menor Ou Igual a 12%; Com Limite de Area Especifica Maior Ou Igual a 240 M2/kg;	74160	343 - saco 50 kg	315173	10	10	20	R$ 45,86	R$ 917,20
20	Colher de Cozinha-refeicao; de Sobremesa; Em Aco Inox; Medindo No Minimo 150mm; Espessura Minima de (1,20)mm; Com Cabo de Aco Inox; Sem Decoracao;	5411190	1 Unidade	633911	50	50	100	R$ 2,34	R$ 234,00
21	Contator; Contatora de Weg, Modelo Cwm32 - 32; 220 Vo	6432980	1 Unidade	434156	5	5	10	R$ 185,37	R$ 1.853,70
22	Copo Descartavel; Poliestireno Translucido; Com Capacidade Minima para 50 Ml; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Minima 0,75 G; As Mangas Nao Podem Estar Violadas; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Nbr 14865, Nbr 13230;	5479266	36 Cento	252435	25	25	50	R$ 3,30	R$ 165,00
23	Copo Descartavel; Polipropileno; Com Capacidade Minima para 200ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Minimo 1,80gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa Dos Copos e Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/ Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e Alteracoes Posteriores; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente;	3798453	36 Cento	629998	150	150	300	R$ 6,43	R$ 1.929,00
24	Copo; de Vidro; Capacidade Minima para 300ml; Com Diametro Minimo de 8 Cm; Altura Minima de 9 Cm, Profundidade 8 Cm; para Refresco, Suco, Agua; Incolor, Transparente, Sem Decoracao;	4867416	1089 Embalagem 6 Caixa	225746	25	25	50	R$ 42,00	R$ 2.100,00
25	Descartaveis Pessoais para Uso Em Cozinha; Touca para Protecao Capilar do Tipo Sanfonada; Confeccionada Em Tnt; Com Elastico Simples; Na Cor Branca; Tamanho Unico;	4215664	201 Pacote 100 Unidade	332930	400	400	800	R$ 7,75	R$ 6.200,00

26	Descascador de Legumes; Domestico de Uso Manual; Em Cabo de Polipropileno e Lamina Em Aco Inox; Medindo 15 x 4 Cm Com Tolerancia de +/- 20 %; Com Lamina Na Posicao Horizontal;	2292165	1 unidade	443912	250	250	500	R$ 5,78	R$ 2.890,00
27	Eletrodo de Solda; Nucleo Aco Inox, Revestimento Rutilico; Com Bitola de 2,5mm; para Solda Aco Inoxidavel, Aws e 316l-17 (e316-17), Tipo Ok 63.30; para Soldagem de Pecas Em Aco Inoxidavel	3582779	3 Quilograma	263090	25	25	50	R$ 63,08	R$ 3.154,00
28	Escumadeira; de Aluminio; Medindo No Minimo (500) mm,diametro(14)cm; Espessura Minima de (5)mm; Com Cabo Em Aluminio;	1606522	1 Unidade	355387	15	15	30	R$ 24,00	R$ 720,00
29	Filme para Alimentos; de Polietileno Baixa Densidade (pebd) 100% Virgem; Atoxica; Medindo 60cm de Largura; Com Espessura de 0,04 Micras Com Tolerancia de +/- 20%; Transparente; Isento de Furos, Rasgos Ou Particulas Estranhas; Em Bobina; Constando Na Embalagem do Produto Identificacao do Fabricante, Composicao, Medidas,data de Fabricacao e Prazo de Validade	3898458	641 - Rolo 1000 mt	334090	2	2	4	R$ 245,00	R$ 980,00
30	Filme para Alimentos; Em Plastico Aderente de Pvc; Flexivel e Inodoro; Medindo 60cm de Largura; Com Espessura de 20 Micra; Na Cor Transparente; Isento de Furos, Rasgos e Particulas Estranhas; Fornecido Em Bobina; Constando Na Embalagem do Produto Nome do Fabricante, Composicao, Medidas, Data de Fabricacao e Prazo de Validade; o Produto Deve Estar Em Conformidade Com As Normas e Legislacao Vigentes;	5545480	183 - Bobina 1000 Metro	377793	2	2	4	R$ 532,57	R$ 2.130,26
31	Forma; de Aluminio de Alta Resistencia; para Pudim, Bolo, Rosca; Medindo No Minimo (24 x 10)cm (diam. x Altura), Com Espessura Minimade 1,0 Mm; No Formato Redondo, Com Furo No Centro; Sem Rebarbas Nas Bordas e No Centro;	4090683	1 unidade	609417	3	3	6	R$ 38,00	R$ 228,00
32	Galheteiro; de Vidro Com Tampa de Aco Inox; Composto de 6 Recipientes Mais a Base; para Acondicionar Sal,vinagre, Azeite,pimenta,palito; Vidros Transparente,01 Base Redonda Em Aco Inox Com 15 Cm x 15 Cm x 16 Cm Altura; Acondicionado Em Embalagem Apropriada;	5358256	1 unidade	369558	10	10	20	R$ 92,99	R$ 1.859,80
33	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de 1 Litro; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em de Vidro, devendo Esta de Acordo Com a Nbr 13282; Fundo de Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Tampa Rosqueavel de Pressao; Com Alca Resistente e Anatomica; Lisa, Sem Decoracao; Na Cor Preta;	5260515	1 unidade	385400	10	10	20	R$ 46,90	R$ 938,00
34	Garrafa Termica; de Rosca; Com Capacidade de 05 (cinco) Litros; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em Isolamento Termico Com Espuma de Pu (poliuretano)livre de Cfc; Fundo Em Polipropileno	5234190	1 unidade	238455	10	10	20	R$ 49,80	R$ 996,00

	(pp); Com Tampa Em Polipropileno (pp); Em Rosca; Alca Fixa; Sem Decoracao; Na Cor Cinza;								
35	Guardanapo de Papel; Medindo (20 x 20)cm; Em Folha Simples; Tipo Liso; Cor Branca; Alvura Superior a 70%, Conforme Norma Iso; Impureza Maxima 15mm2/m2,conforme Norma Tappi T437 Om-90;	3593479	201 pct 100	304403	500	500	1000	R$ 1,78	R$ 1.780,00
36	Jogo Americano; Em Pvc; Emborrachado; No Formato Retangular; Medindo (45 x 30) Cm (c x L); Na Cor Preta; Liso (sem Estampas)	5114560	1 unidade	616970	30	30	60	R$ 10,21	R$ 612,60
37	Laminado de Espuma; Medindo (1,88 x 0,70 x 0,08) M; Com Densidade 33; Na Cor Cinza; Tipo Auto Extinguivel -]anti-chama],velocidade de Queima Igual a Zero; Pesando Aproximadamente 3.47kg; de Acordo Com Abnt/nbr 9178/03 e 8537/03;	3899993	1 Unidade	624022	300	300	600	R$ 89,48	R$ 53.685,00
38	Lampada de Led; Corpo Em Policarbonato; Bulbo No Formato A60; Medindo Aproximadamente (112 x 60)mm; Base E-27; Potência de 18w; Fluxo Luminoso Minimo de 1750lm; Bivolt; Vida Util Minima de 30.000 Horas; Temperatura Da Cor de 6500k (branco Frio); Fator de Potencia Minimo 0,92; Irc Maior Ou Iguala0,80; Angulo de Abertura Minimo de 150 Graus; Eficiencia Energetica Minima 106lm/w; Conforme Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes;	6292585	1 Unidade	608411	350	350	700	R$ 7,77	R$ 5.439,00
39	Luminaria de Led; Carcaca Em Aluminio Tratado e Vidro Temperado; Refletor Slim de Micro Led Smd; No Formato Retangular; Medindo No Minimo 300 x 300 x 100 Mm (largura Xaltura x Profundidade); Na Cor Preta; Potencia de 300 W; Bivolt (110v - 220v); Fluxo Luminoso de No Minimo 30.000 Lumens; Colorido/rgb, C/controle Black Type; Fator de Potencia Igual Ou Maior Que 0,8; Grau de Protecao Ip 66; Vida Util de No Minimo 30.000 Horas; Angulo de Abertura de No Minimo 120 Graus; Garantia Minima de 12 Meses;	5484790	1 Unidade	472306	50	50	100	R$ 62,35	R$ 6.235,00
40	Luminaria de Led; Corpo Em Aluminio; Tipo Refletor, Formato Retangular; Medindo Aproximadamente (525x325x195)mm; Na Cor Cinza; Potencia 400w; Bivolt Automatico; Fluxo Luminoso de 40.000lm; Temperatura Da Cor 6000k (luz Branca Fria); Fator de Potencia Igual Ou Maior Que 0,95; Fator de Protecao Ip65 / Ip66; Vida Util de 50.000 Horas; Angulo de Iluminacao de 120 Graus; Com 08 Leds, Garantia Minima de 12 Meses;	4874137	1 Unidade	616919	50	50	100	R$ 72,00	R$ 7.200,00
41	Luva Descartavel; Em Polietileno; Com Espessura 0,035mm; Na Cor Transparente; Embalada Em Pacote Fechado e Lacrado; Acondicionado Em Quantidade Por Embalagem Devidamente Identificada; Com Validade de 2 Anos;	2779005	1075 Embalagem 100 Unidade	471345	1000	1000	2000	R$ 1,99	R$ 3.980,00

42	Luva para Limpeza; Borracha de Latex Natural, norma Nbr 13393; Tamanho Medio; Com Revestimento Interno,reforcada,com Superficie Externa Antiderrapante;	559032	41 Par	264817	100	100	200	R$ 2,30	R$ 460,00
43	Luva para Limpeza; Borracha de Latex Natural, norma Nbr-13393; Tamanho Grande; Com Revestimento Interno,reforcada,com Superficie Externa Antiderrapante;	559040	41 Par	262981	200	200	400	R$ 3,20	R$ 1.280,00
44	Luva Termica de Cozinha; de Algodao 100% Na Parte Externa; Medindo (38x20)cm (cxl); Devendo Resistir a Temperaturas de No Minimo 200 Graus, Com Protecao Termica Contra Calor; Forrada Com Composto de Feltro e Tecido de Algodao;	4694287	41 par	628881	10	10	20	R$ 40,00	R$ 800,00
45	Mangueira para Gas; de Liga de Cobre; Com Diametro de 1/2"; Com Comprimento de 1500 Mm; Fabricada de Acordo Com a Nbr 14177; Com Presenca de Tarja Amarela Contendo Validade e Fabricante; para Ser Utilizada Em Instalacao de Gas Glp; Devendo Ser Entregue Com Terminais de Latao Soldados Tipo Macho Fixo Rosca Bspt e Femea Giratoria Rosca Bsp;	3306003	1 Unidade	618899	20	20	40	R$ 99,90	R$ 3.996,00
46	Mangueira; de Jardim,tipo Trancada Com Resistencia de Pressao de 6 Bar; Camada Interna e Externa Em Pvc Flexivel,camada Intermediaria Em Fio de Poliester Trancado; Com Diametro de 1/2 " e 2mm de Espessura; Sem Acessorios;	2005034	2 metro	214148	100	100	200	R$ 4,50	R$ 900,00
47	Mangueira; Tipo Domestica - Na Cor Laranja; Em P. v.c; Medindo Internamente 3/4] x 3,5 Mm de Parede; Sem Acessorios;	2061163	metro	229194	100	100	200	R$ 5,54	R$ 1.108,00
48	Marmitex; Em Polipropileno Virgem Atoxico; Formato retangular; Com No Minimo 4,5 Cm de Altura Externa; Capacidade Minima 900 Ml; Com 3 (tres) Divisoes; Resistente Ate 110º Quando Acondicionado Em Equipamento Termico e Microondas; Com Tampa Transparente Que Permita o Fechamento Hermetico;	4746163	1 Unidade	617386	400	400	800	R$ 17,00	R$ 13.600,00
49	Mascara de Protecao; Descartavel; Semi-facial (boca e Nariz), para Uso Nao Hospitalar; Confeccionada Em Tnt; Com Camada Dupla; Fixacao Por Elastico de 5mm;	5585171	201 Pacote 100 Unidade	372359	50	50	100	R$ 9,30	R$ 930,00
50	Palete; Liso; Em Polietileno (pe) Na Cor Branco; Medindo (100 x 120 x 17)cm (l x c x A); Empilhavel; Com 4 Entradas, Tres Apoios e Deslizadores Plasticos; Capacidade para Carga Estatica de No Minimo 5000 Kg, Carga Dinamica de 1500 Kg; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Vigente;	4847881	1 Unidade	601910	5	5	10	R$ 375,90	R$ 3.759,00

51	Palete; para Alimentos, para Ser Usado Em Camaras Frios E almoxarifado; Polipropileno de Alta Densidade, Liso, Lavavel e Impermeavel; (1100x1100x220)mm; Vazado, Com Sapatas, Carga Dinamica: 1500 Kg, Carga Estatica: 3000 Kg; 04 Entradas para Empilhadeira e Carrinho Paleteiro; Resistente a Umidade, Insetos e Fungos, Acidos, Gorduras, Solventes e Odores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Vigente;	6381790	1 Unidade	613955	5	5	10	R$ 310,00	R$ 3.100,00
52	Palete; Simples; Em Polipropileno de Alta Densidade, Na Cor Branca; Medindo (800 x 600) mm, Com Altura de 150mm; Com 04 Entradas, Espacamento para o Garfo de 570mm; Capacidade de Carga Minima de 500kg; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Legislacao e Normas Nbr/abnt Vigentes;	5837529	1 Unidade	421389	5	5	10	R$ 200,00	R$ 2.000,00
53	Palete; Vazado; Em Polietileno, Lavavel, Resistente a Insetos, Bacterias e Fungos; Medindo No Minimo (1200 x 1000 x 170)mm; Cor Preta, Com 3 Sapatas; 2 Entradas; Com Resistencia para Carga Estatica de 7500 Kg e Carga Dinamica de 1500 Kg;	4427491	1 Unidade	439860	5	5	10	R$ 267,00	R$ 2.670,00
54	Palha de Aco; do Tipo Aco Carbono; N. 02; para Limpeza/brilho;	317578	211 Pacote 20 Unidade	382312	120	120	240	R$ 17,50	R$ 4.200,00
55	Palito; de Madeira; No Formato Rolico e Pontiagudo; para Petisco; Medindo 65x2,0mm; Embalagem Paliteiro de Papelao;	1517708	38 caixa 100 unidade	221317	30	30	60	R$ 2,20	R$ 132,00
56	Pano Multi-uso; de Fibras Virgens de Poliester; Composto de 70% de Viscose e 30% de Poliester; Medindo Rolo Com 300 m de Comprimento e Largura de No Minimo 30cm; Na Cor Azul; Acondicionado Em Rolo e Picotado a Cada 50cm;	4775406	637 - rolo 300 mt	380546	1	1	2	R$ 95,48	R$ 190,96
57	Papel Aluminio; Com Largura de 30cm; Com Espessura de 11 Micras; o Diametro do Tubete Nao Pode Ser Superior a 45mm; Medindo Comprimento de 100m, Apresentado Em Rolo; Na Embalagem Devem Constar: Codigo de Barra,origem do Produto, dimensoes; o Produto Devera Estar Em Conformidade Com a Norma Abnt Nbr 14761:2001 e Alteracoes Posteriores;	4739370	1 unidade	252642	25	25	50	R$ 46,50	R$ 2.325,00
58	Peca-insumo Reposic. Equipamento/utensilio Cozinha; Regulador de Gas Glp; Baixa Pressao, Conexao Ent 1/2 Npt e Conexao Sai 1/2 Npt Interna, Vazao 12 Kg/h,codigo 76511 Amarelo; Produto 100% Novo, Compativel Com o Fabricante do Equipamento; Marca Alianca; Modelo Industrial Estagio Unico; Com Garantia Minima de 90 Dias a Partir Da Data de Instalacao;	4853776	1 Unidade	239773	20	20	40	R$ 148,55	R$ 5.942,00

59	Porta Mantimentos; de Polietileno; No Formato Retangular; Com Capacidade Minima para 16,7 Litros, Medindo (400 x 270 x 330)mm Aproximadamente; para Acondicionamento de Generos Alimenticios; Sem Decoracao, Tampa Com Fechamento Hermetico; Transparente;	2975645	1 unidade	278011	6	6	12	R$ 31,28	R$ 375,36
60	Porta Mantimentos; de Polipropileno; No Formato Retangular,medindo(comp.339xalt.115xlarg.230) mm; Com Capacidade Minima para 6,5litros; Sem Decoracao,tampa Com Fechamento Hermetrico; Transparente;	1489909	1 unidade	278010	10	10	20	R$ 17,06	R$ 341,20
61	Pote de Cozinha; de Polipropileno Virgem Atoxico; No Formato Retangular Com Tampa; Medindo Minimo (214 x 141 x 57)mm (cxlxa)(tolerancia de +/- 5%), Espessura Minima de 2mm; Com Capacidade de 900 Ml; Sem Divisao, Uso Em Microondas /freezer; Tampa de Polipropileno Virgem Atoxica; Tipo do Fechamento Da Tampa de Pressao, Hermetico, Que Permita Empilhamento; Pote Incolor, Tampa Azul; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega;	4894820	1 Unidade	617386	1500	1500	3000	R$ 7,50	R$ 22.500,00
62	Ralador; para Uso Profissional, para Ralar Legumes, Frutas e Queijos; Modelo Manual Com 4 Faces de Cortes Diferentes, Entre Elas Um Cortador; Sem Manivela; Corpo Em Aco Inox; Medindo No Minimo (24 x 11 x 8)cm (axlxp) Com Tolerancia de 10% +/-; Pegador Em Aço; Com Garantia Minima de 6 Meses Contra Defeitos de Fabricação Após a Entrega do Produto;	4961323	1 Unidade	261597	100	100	200	R$ 13,26	R$ 2.652,00
63	Recipiente para Lixo; Em Polipropileno; No Formato Retangular; Com Capacidade para 50 Litros; Medindo 50 x 48 x 30 Cm (a x l x P); Com Tampa Movel; Com Pedal;	3857832	1 Unidade	440825	7	7	14	R$ 99,00	R$ 1.386,00
64	Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40)cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,02micras; Transparente; Saco Em Bobina P/embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40)cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,03micras; Transparente;	2149893	3 Quilograma	313359	500	500	1000	R$ 20,14	R$ 20.140,00
65	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Esteril; para Amostra de Alimentos; Medindo Entre 12 a 15 Cm de Largura e 30 a 35 Cm de Comprimento; Com Espessura de 5 a 10 Micras; Transparente; Lacrado, Com Tarja para Identificacao Da Amostra; Ausencia de Material Estranho, Isento de Ranhuras,furos e Particulas Pretas, Com Selagem Reforcada; Com Identificacao do Produto e do Fornecedor Na Embalagem de Acondicionamento;	6375553	32 Milheiro	391819	15	15	30	R$ 89,80	R$ 2.694,00
	Saponaceo Em Po; Principio Ativo Linear Alquilbenzeno Sulfonato Sodio,biodegradavel;								

66	Composicao Basica Tensoativo Anionico, alcalinizante,agente Abrasivoessencia; Corante e Outras Substancias Quimicas Permitidas; Composicao Aromatica Limao; Acondicionado Em Tubo Plastico,pesando 300 Gramas; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	1335642	1 Unidade	252681	25	25	50	R$ 2,90	R$ 145,00
67	Taca P/sobremesa; Em Vidro; Com Capacidade para 210ml; Com Dimensao de (comp.240x35alt.) mm; comPedestal;	1803697	1 Unidade	465892	50	50	100	R$ 7,00	R$ 700,00
68	Tinta Latex; Premium; a Base de Resina Acrílica, Polímeros Vinílicos, Pigmentos Ativos, Cargas Inertes; Coalescentes, Espessantes, Bactericidas e Fungicidas, Aditivos; Soluvel Em Agua; Rendimento 500 M²/demao (considerando Lata 18l); Voc (compostos Orgânicos Voláteis) de 10,18 G/l; Isento de Metais Pesados; Acabamento Aveludado; Na Cor Branco Notação Ral 9010 (comercialmente Branco Neve); para Ambientes Externos e Internos; Validade Mínima de 18 Meses Após o Recebimento; Devera Ser Entregue o Boletim Tecnico e Fispq Da Tinta; Conforme Abnt Nbr 11702 de 07/2010 - Tipo 4.5.1 / Nbr 15079- Premium;	5832128	225-Lata 18 litros	232852	6	0	6	R$ 190,00	R$ 1.140,00
69	Toalha de Mesa; Em 100% Pvc; Pesando o Correspondente a No Minimo 0,30 Mm de Espessura Considerando As Dimensoes; Medindo (l x C) (160 x 220) Cm; No Formato Retangular; Na Cor Transparente (incolor); Lisa; (sem Estampas); Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto;	4889398	1 unidade	286844	0	12	12	R$ 49,70	R$ 596,40
70	Toalha de Mesa; Em Tecido Jacquard, Adamascado; Composto de 58% Algodao e 42% Poliester; Medindo (l x C) (1,40 m x 1,40) M; No Formato Quadrado; Na Cor Marrom; Com Estampas; Com Barra Nos 04 Lados; Etiqueta de Acordo Com a Resolucao Conmetro N. 02, de 06/05/2008; Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto;	6085970	1 unidade	464314	0	12	12	R$ 58,90	R$ 706,80
									R$ 271.152,90

FOTOS ILUSTRATIVAS DOS ITENS: 24, 29, 30, 32, 36, 48, 61, 62 E 67



ITEM 24



ITEM 29



ITEM 30

ITEM 32



ITEM 36



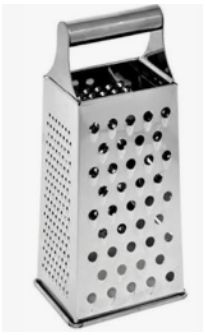
ITEM 48



ITEM 61



ITEM 62



ITEM 67



1.1.1.Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
1.1.2.Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
1.2.Os bens objeto desta contratação não são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 45 (quarenta e cinco) dias contados da emissao de nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei n°14.133, de 2021.

1.4.1. O instrumento de celebração da contratação é nota de empenho que estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação

Subcontratação
1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. Descrição da solução

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:
4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser observados os princípios estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente no que diz respeito à aquisição de materiais duráveis, eficientes e com menor impacto ambiental.

Garantia da contratação
4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.
5.2. Caso não seja possível a entrega na data solicitada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (02) dois e antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, dias úteis ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Locais de Entrega
5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço

Unidades	Endereço completo para entrega
COMPLEXO PENAL DE REGINOPOLIS (Penitenciaria “Tenente PM Jose Alfredo Cintra Borin” de Reginópolis) Almoxarifado P1	ESTRADA VICINAL ROBERTO KASSIM, KM 4,0 - BAIRRO: CENTRO PRISIONAL - CEP: 17.196-901 adm@p1regi.sap.sp.gov.br /financas@p1regi.sap.sp.gov.br **HORÁRIO DE ENTREGA: 08H00 AS 11H00 E DAS 13H00 AS 16H00**
COMPLEXO PENAL DE REGINOPOLIS (Penitenciaria “Sargento PM Antônio Luiz de Souza” de Reginópolis) Almoxarifado P2	ESTRADA VICINAL ROBERTO KASSIM, KM 4,1 - BAIRRO: CENTRO PRISIONAL - CEP: 17.196-902 adm@p1regi.sap.sp.gov.br /financas@p1regi.sap.sp.gov.br **HORÁRIO DE ENTREGA: 08H00 AS 11H00 E DAS 13H00 AS 16H00**

5 .2.1 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

Garantia, manutenção e assistência técnica
5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico realizará, quando aplicável, as medições do objeto executado e aprovará os documentos apresentados pelo Contratado para fins de verificação do cumprimento contratual (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais medidas de aprimoramento.

6.14. O gestor do contrato deverá encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, quando aplicáveis:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar;
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível impedimento de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, nos termos do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, bem como incidirão juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para pagamento a inexistência de registros no CADIN ESTADUAL, podendo ser comprovada a suspensão desses registros, nos termos da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.21. O contratante poderá efetuar retenção de tributos conforme legislação aplicável.

7.21.1. Serão retidos na fonte os percentuais previstos na legislação vigente.

7.22. O contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária quanto aos tributos abrangidos, ficando o pagamento condicionado à comprovação dessa condição.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta
8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento
8.2. O fornecimento do objeto será com entrega Única.

Exigências de habilitação
8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;
8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista
8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da
Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira
8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações
8.22. Tratando-se de consórcio:
8.22.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;
c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.
8.22.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
8.22.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.22.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.
8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:
8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;
8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R$): 271.152,90

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 271.152,90 (duzentos e setenta e um mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa centavos)** para o presente exercicio, conforme custos unitários e totais apostos no item 1 deste Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
I) Gestão/Unidade:00001/380223
II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 14421381561390000/14421381561670000 e 14421381565790000;
IV) Elemento de Despesa: 339030xx

REGINOPOLIS/SP

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Encaminho Termo de Referencia nº 31/2026 para aprovação

EDINEIA SOLANGE BORGES INACIO

Chefe de Serviço de Administração

Assinou eletronicamente em 03/09/2026 às 15:03:16.

Despacho: APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA nº 30/2026, em conformidade com o disposto no Inciso XXIII art. 6º da Lei Federal n.º 14.133 /2021

ALESSANDRO TONHAO RIQUETI

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 03/09/2026 às 15:07:11.

ESP-PENIT.TEN.PM JOSE ALFREDO C.BORIN-REGINOP

Estudo Técnico Preliminar 18/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00394968/2026-74

2. Descrição da necessidade

2.1. Considerando a demanda apresentada pelos Setores de Almoxarifado das Unidades I e II deste Complexo Penal, verifica-se a necessidade de aquisição de **materiais de consumo de naturezas diversas**, destinados à reposição dos estoques e ao atendimento das demandas operacionais, administrativas e de apoio deste Complexo Penal.

2.2. A aquisição mostra-se necessária para assegurar a disponibilidade de materiais indispensáveis ao regular desenvolvimento das atividades das unidades, à manutenção de estoque mínimo e à continuidade dos serviços, evitando o desabastecimento de itens essenciais.

2.3. Os materiais serão utilizados pelos diversos setores das Unidades I e II, conforme suas respectivas necessidades, abrangendo materiais de cama, mesa e banho; materiais e utensílios para refeitório, copa e cozinha; materiais de limpeza; artigos de higiene pessoal; materiais de acondicionamento e embalagem; peças de reposição e acessórios; materiais para conservação e manutenção de imóveis; e outros materiais de consumo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seçao de Finanças e Suprimentos - Almoxarifado I	LUIS CARLOS PEREIRA MARTINS CALDERARI
Seção de Finanças e Suprimentos - Almoxarifado II	NILSON BARROCAL RAMOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A presente contratação deverá observar entre outros, os requisitos elencados no Edital e Minuta de Contrato que integram o presente procedimento.

4.2. Os materiais a serem adquiridos deverão:

a) atender integralmente às especificações e quantidades constantes da relação de materiais;

b) ser novos, de primeiro uso e estar em perfeitas condições de utilização;

c) apresentar qualidade compatível com a finalidade a que se destinam;

d) atender às normas técnicas e regulamentações aplicáveis, quando houver;

e) ser entregues devidamente acondicionados, de forma a preservar sua integridade durante o transporte e armazenamento;

f) possuir, quando aplicável, prazo de validade adequado para utilização pela Administração;

g) ser entregues no local indicado pela Administração, observando os prazos estabelecidos no instrumento convocatório ou documento equivalente.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Os itens e valores estimados obedecerão aos critérios de levantamento delineados no artigo 3º, inciso I e §1º do Decreto Estadual nº 67.888/2023.

6. Descrição da solução como um todo

6.2. A aquisição será realizada por meio de Pregão Eletrônico, de natureza comum, do tipo menor preço, a luz da Lei 14.133 /2021. Esta escolha se baseia no fato de que os materiais em questão são considerados bens de uso comum. É observado que os produtos incluídos neste processo possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser claramente definidos no edital, através de especificações comuns de mercado.

6.3. É importante ressaltar que esta modalidade amplia a competição entre os licitantes, resultando na obtenção da proposta mais vantajosa, o que garante uma maior economia para a Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quadro abaixo demonstra as quantidade e exigências necessárias ao atendimento da necessidade da aquisição:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT SIAFISICO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT COMPRAS	QUANTIDADE PI	QUANTIDADE PII	TOTAL PI E PII
1	Agua Sanitaria; Solucao Aquosa,a Base de Hipoclorito de Sodio Ou Calcio; Com Validade de 6 Meses; Teor de Cloro Ativo 2%pp a 2,5pp; Registro e Laudo Analitico do Fabricante; Acondicionada de Forma Adequada; Rotulagem Contendo: Marca, nome do Fabricante e Fantasia,cnpj,e-mail; Telefone do Sac (servico de Atendimento Ao Consumidor), N° do Lote, Data Da Fabricacao, Peso; Composicao, Tecnico Responsavel; Prazo de	143766	28 frasco 1 litro	299605	1500	1500	3000

	Validade; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;						
2	Aguarras; a Base de Solventes Alifaticos e Aromaticos, Isento de Benzeno, Alcool e Querosene; para Diluicao de Esmaltes Sinteticos, Tintas Oleo, Vernizes; Na Forma de Liquido Incolor, Inflamavel, Densidadede 0,75-0,80 G/cm³ e Voc de 773-777 G/l; Acondicionado Em Embalagem Que Assegure a Qualidade do Produto; Validade de 48 Meses Apos Data de Recebimento; Conforme Nbr /abnt 11702 Tipo 4.7.7, Voc Din En 11890-1;	5222788	449 Lata 5 litros	429924	16	6	22
3	Aquecedor; Eletrico de Passagem; Com 03 Temperaturas; Potencia 5.500w; Tensao de 220v; Pressao de Trabalho de 20 a 200 Kpa (2 a 20 Mca); Com Saida de Agua Quente e Saida de Agua Fria; Compativel Com Dr; Grau de Protecao Ip24; Com Engate e Desengate Rapido e Fechamento Automatico do Fluxo de Agua; Garantia Minima de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5375452	1 Unidade	602473	20	20	40

4	Aro para Carrinho de Transporte; Com Pneu Maciço Extra Forte, 3.50" x 8", Com Rolete para Eixo de 1" (26 Mm); Com Capacidade para 200 Kg;	6092934	1 Unidade	335331	10	10	20
5	Bacia; de Aluminio; Com Diametro 50 Cm; Com Altura 12,5 cm No Minimo; Com Capacidade de 12 a 14 Litros;	6346219	1 Unidade	236286	2	2	4
6	Bacia; de Polipropileno; Com Diametro Minimo de 510mm; Com Altura Minima de 190mm; Com Capacidade Minima de 28,0l; Na Cor Azul;	5391636	1 Unidade	393512	3	3	6
7	Bombona; Em Polietileno de Alta Densidade, Virgem, Atoxica; Com Capacidade para 30 L; No Formato Cilindrico, Tampa Com Rosca Interna, Alcas Laterais, Medindo No Minimo (60x 25) cm (axl); para Armazenamento e Transporte de Leite;	4295560	1 Unidade	374575	16	16	32
8	Bombona; Em Polietileno; Com Capacidade para 50 Litros; No Formato Cilindrico, Medindo 65,2 x 36 x 21 Cm (altura x Diametro x Diametro Boca); para Armazenamento e Transporte de Alimentos Liquidos; Com Tampa Removivel, Fechamento Com	3600351	1 Unidade	465988	16	16	32

	Tampa de Rosca e Alcas Laterais, Com Vedacao Completa; Na Cor Cinza; Em Conformidade Com As Normas e Procedimentos Da Anvisa;						
9	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Atoxico; Medindo (18x40x60)cm (axlxc) Com Capacidade para 36 Litros; Modelo Fechada, Sem Perfuração e Empilhável; Na Cor Branca; Sem Tampa; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Alimentos;	5305306	1 unidade	467005	5	5	10
10	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Atoxico; Medindo (55,5 x 40,3 x 18,1) cm (c x l x A) Com Capacidade para 26,5 Litros; Modelo Empilhavel; Na Cor Branca; Com Tampa e Travamento Nas Laterais; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Materiais;	4547233	1 Unidade	438010	5	5	10
11	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Atoxico; Medindo (7,5x29,5x41,5)cm (axlxc) Com Bordas Arredondadas, Com Capacidade 6,5 Litros; Modelo Fechada; Na Cor Branca; Aberta, Sem Tampa; No	4839366	1 Unidade	363627	5	5	10

	Formato Retangular, Sistema Empilhavel; para Acondicionamento de Materiais;						
12	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Injetado; Medindo (55x36x31)cm, Capacidade 52 Litros; Modelo Vazada; Na Cor Branca; Sem Tampa; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Alimentos;	1532626	1 Unidade	348799	100	100	200
13	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Rigido; Medindo (620x390x320) mm, Com Capacidade para 61 Litros; Modelo Fechada; Branca; Com Tampa; No Formato Retangular; Encaixavel e Empilhavel;	4690664	1 Unidade	378071	10	10	20
14	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno Rigido; Medindo Externa 31x36x55cm (axlxc) e Internas 30x33x52,5cm (axlxc); Modelo Vazada, Com Vao Pegador Lateral (alca) - Ecapacidade para 52 L; Na Cor Preta; Sem Tampa; No Formato Retangular;	1855867	1 Unidade	316873	50	50	100
	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento;						

15	Em Polipropileno, Atoxicas, Com Selo Bpa Free; Medindo (34x54x12)cm, 15 Litros; Fechada; Branca; sem tampa, Empilhaveis; No Formato Retangular; Ideal para Organizar, Preparar e Acondicionar Os Alimentos;	6395376	1 unidade	398276	5	5	10
16	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo (21,5x40, 0x60,0)cm Externa, 21,0x36,5x56,5) cm Interna; Fechada, Capacidade para 43 Litros; Na Cor Branca; Com Tampa; No Formato No Formato Retangular;	3505227	1 Unidade	639042	20	20	40
17	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo 54,5 (c) x 38 (l) x 25 (a) Cm, Capacidade de 35 Litros; Fechada; Na Cor Branca Translucida; Com Tampa Branca Translucida, Sem Travas; No Formato Retangular; para Acondicionamento de Material de Consumo;	4688147	1 unidade	367186	8	8	16
18	Caixa Plastica de Transporte e Armazenamento; Em Polipropileno; Medindo Comp. 78xlarg.56xalt. 41cm,capacidade 130 Litros; Modelo Fechada; Branca; Com Tampa; No Formato	2144808	1 Unidade	320212	32	32	64

	Retangular; Acondicionamento de Alimentos;						
19	Cimento Portland Comum (cpi); Composto de Clinquer Adicionado de Sulfatos de Calcio; Com Resistencia de 25 Mpa; Porcentagem Em Peso de Clinquer+sulf. de Calcio de 100%; Embalagem Em Sacos de Papel Tipo "kraft"; Com Limite de Porcentagem de Residuo Insoluvel Menor Ou Igual a 1%; Com Limite de Porcentagem de Perda Ao Fogo Menor Ou Igual a 2%; Com Limite de Porcentagem de Oxido de Magnesio Menor Ou Igual a 6,5%; Limite de Porcentagem de Trioxido de Enxofre Menor Ou Igual a 4%; Com Limite de Porcentagem de Anidrido Carbonico Menor Ou Igual a 1%; C/ Tempo de Inicio /fim de Pega, Respectivamente Maior Ou Igual a 1 Hora/menor Ou Igual a 10 Hs; Com Sigla Cpi-25; Com Limite de Expansibilidade a Quente/frio Menor Ou Igual a 5 Mm; Normatizacao Conforme Nbr 5732, Mb-2295, Eb-1, Etc; Limite de Residuo Na Peneira 75 Milimicra Menor Ou Igual a 12%; Com Limite de Area Especifica Maior Ou Igual a 240 M2/kg;	74160	343 - saco 50 kg	315173	10	10	20

20	Colher de Cozinha-refeicao; de Sobremesa; Em Aco Inox; Medindo No Minimo 150mm; Espessura Minima de (1,20)mm; Com Cabo de Aco Inox; Sem Decoracao;	5411190	1 Unidade	633911	50	50	100
21	Contator; Contatora de Weg, Modelo Cwm32 - 32; 220 Vo	6432980	1 Unidade	434156	5	5	10
22	Copo Descartavel; Poliestireno Translucido; Com Capacidade Minima para 50 Ml; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Minima 0,75 G; As Mangas Nao Podem Estar Violadas; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Nbr 14865, Nbr 13230;	5479266	36 Cento	252435	25	25	50
23	Copo Descartavel; Polipropileno; Com Capacidade Minima para 200ml, Na Cor Branco Leitoso; Acondicionado Em Mangas, e Massa de Cada Copo Pesando No Minimo 1,80 gramas; Devera Constar Impresso Na Manga a Capacidade Total de Massa Dos Copos e Quantidade; Os Copos Devem Conter Gravado de Forma Indelevel: Em Relevo a Marca Ou Identificacao do Fabricante; Simbolo de Identificacao do Material P/	3798453	36 Cento	629998	150	150	300

	Reciclagem Conforme Nbr 13230/2008 e Alteracoes Posteriores; Os Copos Deverao Estar Em Conformidade Com Certificacao Compulsoria Inmetro Nbr 14865 Vigente;						
24	Copo; de Vidro; Capacidade Minima para 300ml; Com Diametro Minimo de 8 Cm; Altura Minima de 9 Cm, Profundidade 8 Cm; para Refresco, Suco, Agua; Incolor, Transparente, Sem Decoracao;	4867416	1089 Embalagem 6 Caixa	225746	25	25	50
25	Descartaveis Pessoais para Uso Em Cozinha; Touca para Protecao Capilar do Tipo Sanfonada; Confeccionada Em Tnt; Com Elastico Simples; Na Cor Branca; Tamanho Unico;	4215664	201 Pacote 100 Unidade	332930	400	400	800
26	Descascador de Legumes; Domestico de Uso Manual; Em Cabo de Polipropileno e Lamina Em Aco Inox; Medindo 15 x 4 Cm Com Tolerancia de +/- 20 %; Com Lamina Na Posicao Horizontal;	2292165	1 unidade	443912	250	250	500
27	Eletrodo de Solda; Nucleo Aco Inox, Revestimento Rutilico; Com Bitola de 2,5mm; para Solda Aco Inoxidavel, Aws e 316l-17 (e316-17), Tipo Ok 63.30;	3582779	3 Quilograma	263090	25	25	50

	para Soldagem de Pecas Em Aco Inoxidavel						
28	Escumadeira; de Aluminio; Medindo No Minimo (500) mm,diametro(14) cm; Espessura Minima de (5)mm; Com Cabo Em Aluminio;	1606522	1 Unidade	355387	15	15	30
29	Filme para Alimentos; de Polietileno Baixa Densidade(pebd) 100% Virgem; Atoxica; Medindo 60cm de Largura; Com Espessura de 0,04 Micras Com Tolerancia de +/- 20%; Transparente; Isento de Furos, Rasgos Ou Particulas Estranhas; Em Bobina; Constando Na Embalagem do Produto Identificacao do Fabricante, Composicao, Medidas,data de Fabricacao e Prazo de Validade	3898458	641 - Rolo 1000 mt	334090	2	2	4
30	Filme para Alimentos; Em Plastico Aderente de Pvc; Flexivel e Inodoro; Medindo 60cm de Largura; Com Espessura de 20 Micra; Na Cor Transparente; Isento de Furos, Rasgos e Particulas Estranhas; Fornecido Em Bobina; Constando Na Embalagem do Produto Nome do Fabricante, Composicao, Medidas, Data de Fabricacao e Prazo de	5545480	183 - Bobina 1000 Metro	377793	2	2	4

	Validade; o Produto Deve Estar Em Conformidade Com As Normas e Legislacao Vigentes;						
31	Forma; de Aluminio de Alta Resistencia; para Pudim, Bolo, Rosca; Medindo No Minimo (24 x 10)cm (diam.x Altura), Com Espessura Minimade 1,0 Mm; No Formato Redondo, Com Furo No Centro; Sem Rebarbas Nas Bordas e No Centro;	4090683	1 unidade	609417	3	3	6
32	Galheteiro; de Vidro Com Tampa de Aco Inox; Composto de 6 Recipientes Mais a Base; para Acondicionar Sal, vinagre, Azeite, pimenta,palito; Vidros Transparente,01 Base Redonda Em Aco Inox Com 15 Cm x 15 Cm x 16 Cm Altura; Acondicionado Em Embalagem Apropriada;	5358256	1 unidade	369558	10	10	20
33	Garrafa Termica; de Pressao; Com Capacidade de 1 Litro; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em de Vidro,devendo Esta de Acordo Com a Nbr 13282; Fundo de Polipropileno; Com Tampa Em Polipropileno; Tampa Rosqueavel de Pressao; Com Alca Resistente e	5260515	1 unidade	385400	10	10	20

	Anatomica; Lisa, Sem Decoracao; Na Cor Preta;						
34	Garrafa Termica; de Rosca; Com Capacidade de 05 (cinco) Litros; Corpo Em Polipropileno; Ampola Em Isolamento Termico Com Espuma de Pu (poliuretano)livre de Cfc; Fundo Em Polipropileno (pp); Com Tampa Em Polipropileno (pp); Em Rosca; Alca Fixa; Sem Decoracao; Na Cor Cinza;	5234190	1 unidade	238455	10	10	20
35	Guardanapo de Papel; Medindo (20 x 20)cm; Em Folha Simples; Tipo Liso; Cor Branca; Alvura Superior a 70%, Conforme Norma Iso; Impureza Maxima 15mm2 /m2,conforme Norma Tappi T437 Om-90;	3593479	201 pct 100	304403	500	500	1000
36	Jogo Americano; Em Pvc; Emborrachado; No Formato Retangular; Medindo (45 x 30) Cm (c x L); Na Cor Preta; Liso (sem Estampas)	5114560	1 unidade	616970	30	30	60
37	Laminado de Espuma; Medindo (1,88 x 0,70 x 0,08) M; Com Densidade 33; Na Cor Cinza; Tipo Auto Extinguivel -] anti-chama], velocidade de Queima Igual a Zero; Pesando Aproximadamente	3899993	1 Unidade	624022	300	300	600

	3.47kg; de Acordo Com Abnt/nbr 9178 /03 e 8537/03;						
38	Lampada de Led; Corpo Em Policarbonato; Bulbo No Formato A60; Medindo Aproximadamente (112 x 60)mm; Base E-27; Potência de 18w; Fluxo Luminoso Minimo de 1750lm; Bivolt; Vida Util Minima de 30.000 Horas; Temperatura Da Cor de 6500k (branco Frio); Fator de Potencia Minimo 0,92; Irc Maior Ou Igualа0, 80; Angulo de Abertura Minimo de 150 Graus; Eficiencia Energetica Minima 106lm/w; Conforme Normas Nbr/abnt e Inmetro Vigentes;	6292585	1 Unidade	608411	350	350	700
39	Luminaria de Led; Carcaca Em Aluminio Tratado e Vidro Temperado; Refletor Slim de Micro Led Smd; No Formato Retangular; Medindo No Minimo 300 x 300 x 100 Mm (largura Xaltura x Profundidade); Na Cor Preta; Potencia de 300 W; Bivolt (110v - 220v); Fluxo Luminoso de No Minimo 30.000 Lumens; Colorido /rgb, C/controle Black Type; Fator de Potencia Igual Ou Maior Que 0,8; Grau de Protecao Ip 66; Vida Util de No Minimo 30.000 Horas; Angulo de Abertura de No Minimo 120	5484790	1 Unidade	472306	50	50	100

	Graus; Garantia Minima de 12 Meses;						
40	Luminaria de Led; Corpo Em Aluminio; Tipo Refletor, Formato Retangular; Medindo Aproximadamente (525x325x195) mm; Na Cor Cinza; Potencia 400w; Bivolt Automatico; Fluxo Luminoso de 40.000lm; Temperatura Da Cor 6000k (luz Branca Fria); Fator de Potencia Igual Ou Maior Que 0,95; Fator de Protecao Ip65 / Ip66; Vida Util de 50.000 Horas; Angulo de Iluminacao de 120 Graus; Com 08 Leds, Garantia Minima de 12 Meses;	4874137	1 Unidade	616919	50	50	100
41	Luva Descartavel; Em Polietileno; Com Espessura 0,035mm; Na Cor Transparente; Embalada Em Pacote Fechado e Lacrado; Acondicionado Em Quantidade Por Embalagem Devidamente Identificada; Com Validade de 2 Anos;	2779005	1075 Embalagem 100 Unidade	471345	1000	1000	2000
42	Luva para Limpeza; Borracha de Latex Natural, norma Nbr 13393; Tamanho Medio; Com Revestimento Interno,reforcada, com Superficie Externa Antiderrapante;	559032	41 Par	264817	100	100	200

43	Luva para Limpeza; Borracha de Latex Natural, norma Nbr-13393; Tamanho Grande; Com Revestimento Interno,reforcada, com Superficie Externa Antiderrapante;	559040	41 Par	262981	200	200	400
44	Luva Termica de Cozinha; de Algodao 100% Na Parte Externa; Medindo (38x20) cm (cxl); Devendo Resistir a Temperaturas de No Minimo 200 Graus, Com Protecao Termica Contra Calor; Forrada Com Composto de Feltro e Tecido de Algodao;	4694287	41 par	628881	10	10	20
45	Mangueira para Gas; de Liga de Cobre; Com Diametro de 1/2"; Com Comprimento de 1500 Mm; Fabricada de Acordo Com a Nbr 14177; Com Presenca de Tarja Amarela Contendo Validade e Fabricante; para Ser Utilizada Em Instalacao de Gas Glp; Devendo Ser Entregue Com Terminais de Latao Soldados Tipo Macho Fixo Rosca Bspt e Femea Giratoria Rosca Bsp;	3306003	1 Unidade	618899	20	20	40
46	Mangueira; de Jardim,tipo Trancada Com Resistencia de Pressao de 6 Bar; Camada Interna e Externa Em Pvc Flexivel,camada Intermediaria Em Fio de Poliester	2005034	2 metro	214148	100	100	200

	Trancado; Com Diametro de 1/2 " e 2mm de Espessura; Sem Acessorios;						
47	Mangueira; Tipo Domestica - Na Cor Laranja; Em P. v.c; Medindo Internamente 3/4] x 3,5 Mm de Parede; Sem Acessorios;	2061163	metro	229194	100	100	200
48	Marmitex; Em Polipropileno Virgem Atoxico; Formato retangular; Com No Minimo 4,5 Cm de Altura Externa; Capacidade Minima 900 Ml; Com 3 (tres) Divisoes; Resistente Ate 110º Quando Acondicionado Em Equipamento Termico e Microondas; Com Tampa Transparente Que Permita o Fechamento Hermetico;	4746163	1 Unidade	617386	400	400	800
49	Mascara de Protecao; Descartavel; Semi-facial (boca e Nariz), para Uso Nao Hospitalar; Confeccionada Em Tnt; Com Camada Dupla; Fixacao Por Elastico de 5mm;	5585171	201 Pacote 100 Unidade	372359	50	50	100
50	Palete; Liso; Em Polietileno (pe) Na Cor Branco; Medindo (100 x 120 x 17)cm (l x c x A); Empilhavel; Com 4 Entradas, Tres Apoios e Deslizadores Plasticos; Capacidade para Carga Estatica de	4847881	1 Unidade	601910	5	5	10

	No Minimo 5000 Kg, Carga Dinamica de 1500 Kg; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Vigente;						
51	Palete; para Alimentos, para Ser Usado Em Camaras Frios E almoxarifado; Polipropileno de Alta Densidade, Liso, Lavavel e Impermeavel; (1100x1100x220) mm; Vazado, Com Sapatas, Carga Dinamica: 1500 Kg, Carga Estatica: 3000 Kg; 04 Entradas para Empilhadeira e Carrinho Paleteiro; Resistente a Umidade, Insetos e Fungos, Acidos, Gorduras, Solventes e Odores; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Norma Vigente;	6381790	1 Unidade	613955	5	5	10
52	Palete; Simples; Em Polipropileno de Alta Densidade, Na Cor Branca; Medindo (800 x 600)mm, Com Altura de 150mm; Com 04 Entradas, Espacamento para o Garfo de 570mm; Capacidade de Carga Minima de 500kg; e Suas Condicoes Deverao Estar de Acordo Com a Legislacao e Normas Nbr/abnt Vigentes;	5837529	1 Unidade	421389	5	5	10
	Palete; Vazado; Em Polietileno, Lavavel,						

53	Resistente a Insetos, Bacterias e Fungos; Medindo No Minimo (1200 x 1000 x 170)mm; Cor Preta, Com 3 Sapatas; 2 Entradas; Com Resistencia para Carga Estatica de 7500 Kg e Carga Dinamica de 1500 Kg;	4427491	1 Unidade	439860	5	5	10
54	Palha de Aco; do Tipo Aco Carbono; N. 02; para Limpeza/brilho;	317578	211 Pacote 20 Unidade	382312	120	120	240
55	Palito; de Madeira; No Formato Rolico e Pontiagudo; para Petisco; Medindo 65x2, 0mm; Embalagem Paliteiro de Papelao;	1517708	38 caixa 100 unidade	221317	30	30	60
56	Pano Multi-uso; de Fibras Virgens de Poliester; Composto de 70% de Viscose e 30% de Poliester; Medindo Rolo Com 300 m de Comprimento e Largura de No Minimo 30cm; Na Cor Azul; Acondicionado Em Rolo e Picotado a Cada 50cm;	4775406	637 - rolo 300 mt	380546	1	1	2
57	Papel Aluminio; Com Largura de 30cm; Com Espessura de 11 Micras; o Diametro do Tubete Nao Pode Ser Superior a 45mm; Medindo Comprimento de 100m, Apresentado Em Rolo; Na Embalagem Devem Constar: Codigo de Barra, origem do Produto, dimensoes; o	4739370	1 unidade	252642	25	225	250

	Produto Devera Estar Em Conformidade Com a Norma Abnt Nbr 14761: 2001 e Alteracoes Posteriores;						
58	Peca-insumo Reposic. Equipamento /utensilio Cozinha; Regulador de Gas Glp; Baixa Pressao, Conexao Ent 1/2 Npt e Conexao Sai 1/2 Npt Interna, Vazao 12 Kg/h,codigo 76511 Amarelo; Produto 100% Novo, Compativel Com o Fabricante do Equipamento; Marca Alianca; Modelo Industrial Estagio Unico; Com Garantia Minima de 90 Dias a Partir Da Data de Instalacao;	4853776	1 Unidade	239773	20	20	40
59	Porta Mantimentos; de Polietileno; No Formato Retangular; Com Capacidade Minima para 16,7 Litros, Medindo (400 x 270 x 330) mm Aproximadamente; para Acondicionamento de Generos Alimenticios; Sem Decoracao, Tampa Com Fechamento Hermetico; Transparente;	2975645	1 unidade	278011	6	6	12
60	Porta Mantimentos; de Polipropileno; No Formato Retangular, medindo(comp. 339xalt.115xlarg. 230)mm; Com Capacidade Minima para 6,5	1489909	1 unidade	278010	10	10	20

	litros; Sem Decoracao,tampa Com Fechamento Hermetrico; Transparente;						
61	Pote de Cozinha; de Polipropileno Virgem Atoxico; No Formato Retangular Com Tampa; Medindo Minimo (214 x 141 x 57)mm (cxlxa) (tolerancia de +/- 5%), Espessura Minima de 2mm; Com Capacidade de 900 Ml; Sem Divisao, Uso Em Microondas /freezer; Tampa de Polipropileno Virgem Atoxica; Tipo do Fechamento Da Tampa de Pressao, Hermetico, Que Permita Empilhamento; Pote Incolor, Tampa Azul; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega;	4894820	1 Unidade	617386	1500	1500	3000
62	Ralador; para Uso Profissional, para Ralar Legumes, Frutas e Queijos; Modelo Manual Com 4 Faces de Cortes Diferentes, Entre Elas Um Cortador; Sem Manivela; Corpo Em Aco Inox; Medindo No Minimo (24 x 11 x 8)cm (axlxp) Com Tolerancia de 10% +/-; Pegador Em Aço; Com Garantia Minima de 6 Meses Contra Defeitos de Fabricação Após a Entrega do Produto;	4961323	1 Unidade	261597	100	100	200
	Recipiente para Lixo; Em						

63	Polipropileno; No Formato Retangular; Com Capacidade para 50 Litros; Medindo 50 x 48 x 30 Cm (a x l x P); Com Tampa Movel; Com Pedal;	3857832	1 Unidade	440825	7	7	14
64	Saco Em Bobina P /embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40) cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,02 micras; Transparente; Saco Em Bobina P /embalagem; Em Polietileno; Medindo (30x40) cm; Com Picote; Suportando Ate 3kg; Com Espessura de 0,03 micras; Transparente;	2149893	3 Quilograma	313359	500	500	1000
65	Saco Plastico para Embalagem; de Polietileno, Esteril; para Amostra de Alimentos; Medindo Entre 12 a 15 Cm de Largura e 30 a 35 Cm de Comprimento; Com Espessura de 5 a 10 Micras; Transparente; Lacrado, Com Tarja para Identificacao Da Amostra; Ausencia de Material Estranho, Isento de Ranhuras,furos e Particulas Pretas, Com Selagem Reforcada; Com Identificacao do Produto e do Fornecedor Na Embalagem de Acondicionamento;	6375553	32 Milheiro	391819	15	15	30
	Saponaceo Em Po; Principio Ativo						

66	Linear Alquilbenzeno Sulfonato Sodio, biodegradavel; Composicao Basica Tensoativo Anionico, alcalinizante, agente Abrasivoessencia; Corante e Outras Substancias Quimicas Permitidas; Composicao Aromatica Limao; Acondicionado Em Tubo Plastico, pesando 300 Gramas; Produto Sujeito a Verificacao No Ato Da Entrega; Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	1335642	1 Unidade	252681	25	25	50
67	Taca P /sobremesa; Em Vidro; Com Capacidade para 210ml; Com Dimensao de (comp.240x35alt.) mm; Sem Pedestal;	1803697	1 Unidade	465892	50	50	100
68	Tinta Latex; Premium; a Base de Resina Acrílica, Polímeros Vinílicos, Pigmentos Ativos, Cargas Inertes; Coalescentes, Espessantes, Bactericidas e Fungicidas, Aditivos; Soluvel Em Agua; Rendimento 500 M²/demao (considerando Lata 18l); Voc (compostos Orgânicos Voláteis) de 10,18 G/l; Isento de Metais Pesados; Acabamento Aveludado; Na Cor Branco Notação Ral 9010	5832128	225-Lata 18 litros	232852	6	0	6

	(comercialmente Branco Neve); para Ambientes Externos e Internos; Validade Mínima de 18 Meses Após o Recebimento; Devera Ser Entregue o Boletim Tecnico e Fispq Da Tinta; Conforme Abnt Nbr 11702 de 07 /2010 - Tipo 4.5.1 / Nbr 15079- Premium;						
69	Toalha de Mesa; Em 100% Pvc; Pesando o Correspondente a No Minimo 0,30 Mm de Espessura Considerando As Dimensoes; Medindo (l x C) (160 x 220) Cm; No Formato Retangular; Na Cor Transparente (incolor); Lisa; (sem Estampas); Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto;	4889398	1 unidade	286844	0	12	12
70	Toalha de Mesa; Em Tecido Jacquard, Adamascado; Composto de 58% Algodao e 42% Poliester; Medindo (l x C) (1,40 m x 1,40) M; No Formato Quadrado; Na Cor Marrom; Com Estampas; Com Barra Nos 04 Lados; Etiqueta de Acordo Com a Resolucao Conmetro N. 02, de 06/05/2008; Em Embalagem Que Garanta a Integridade do Produto;	6085970	1 unidade	464314	0	12	12

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 271.152,90

8.1. Valor (R$): R$ 271.152,90 (duzentos e setenta e um mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa centavos)

8.2. O valor estimado da contratação foi alcançado através de pesquisa de preços a luz do Decreto Estadual nº 67.888/2023.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A aquisição dos materiais não deve ser parcelada, pois os itens são complementares e essenciais em conjunto, compondo uma solução única e necessária para atender às demandas do Complexo Penal.

9.2. O fornecimento integral garante eficiência logística, continuidade no atendimento e está alinhado aos princípios da economicidade e eficiência administrativa, conforme a legislação vigente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a aquisição dos materiais deste processo por não necessitarem de outros itens para seu funcionamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Com relação ao Plano Anual de Contratações de 2026, destaca-se que a presente despesa está devidamente prevista no referido planejamento, sendo fundamental para o regular andamento das atividades institucionais deste órgão, conforme Documentos de Formalização de Demanda anexo ao processo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação garantirá a reposição dos materiais essenciais a continuidade dos serviços; manutenção de estoque adequado; eficiência operacional e redução de riscos de desabastecimento.

13. Providências a serem Adotadas

13.1.O setor de compras deverá tomar as providências necessárias para a formalização e instrução do processo de aquisição, incluindo consulta de preços, elaboração do Termo de Referência, abertura do procedimento de compra e acompanhamento da entrega dos materiais, garantindo o abastecimento adequado do almoxarifado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Na execução da contratação deverão ser observadas, quando aplicáveis, práticas de sustentabilidade relacionadas à aquisição, utilização, acondicionamento e descarte dos materiais, especialmente quanto à destinação adequada de embalagens e resíduos.

14.2. Deverão ser observadas as normas ambientais e demais regulamentações pertinentes, sempre que aplicáveis aos materiais adquiridos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das informações apresentadas, conclui-se pela **viabilidade da contratação**, considerando a necessidade de aquisição de materiais de consumo diversos para reposição dos estoques e atendimento das demandas operacionais, administrativas e de apoio das Unidades I e II deste Complexo Penal.

A contratação mostra-se necessária para garantir a disponibilidade de materiais essenciais ao regular funcionamento das unidades e à continuidade dos serviços, sendo recomendável o prosseguimento do processo para aquisição dos itens relacionados na planilha integrante dos autos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

EDINEIA SOLANGE BORGES INACIO

Chefe de Serviço de Administração

Assinou eletronicamente em 03/09/2026 às 13:57:19.

ALESSANDRO TONHAO RIQUETI

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 03/09/2026 às 13:57:35.

Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2025NEXXXXX

UG	380223 - COMPLEXO PENAL DE REGINOPOLIS
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	XXXXXX

CNPJ/CPF/UG	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Credor	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Endereço					
Cidade		**UF**		**CEP**	

Origem Material	1

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	38003	14421381561390000	150010001	XXXXXXXX	380012	007.008.0573	380303

No Processo	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	**Acordo**			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	**Ref Dispensa**	LEI 14.133/2021		
Licitação	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	**Modalidade**	XXXXXXXXXX		
Empenho Orig.		**Nº Contrato**	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	**Nº OC**	

Valor do Empenho R$	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cronograma

Mês	Valor
XX	XXXXXXXXXXXXXXX

Sequência	001	**Item**	XXXXXXXXXXXX	**Unid. Forn.**	XXXX
Quantidade	XXXX	**Valor Unitário**	XXXXXXX	**Preço Total**	XXXXXXXXXXX

Descrição

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Total ou Valor a Transportar R$	XXXXXXXXXXX
Local de Entrega	ESTRADA VICINAL ROBERTO KASSIM
Data de Entrega	XXXXXXXXXXXX

ALESSANDRO TONHÃO RIQUETI

782863871-04

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II
DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do "caput" do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do "caput" do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do "caput" do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o "caput" deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do "caput" do artigo 155 da LLCA ("comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza"), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o "caput" deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensa, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensa, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA
(em timbre da empresa)

PROCESSO SEI Nº 006.XXXXXXXXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900XXX/2026-CPREG

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ___/___/2026

OBJETO: Aquisição de ..... para o Complexo Penal de Reginopolis.

ITEM	MATERIAL	MARCA	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01					
02					
03					
(...)					

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias;

Dados obrigatórios:
Responsável legal:
CPF:
Telefone:
Whatsapp:
e-mail:
contato teams:

Dados Bancários:
Banco do Brasil
Agência:
Conta Corrente

(Local e data).

_____
(Nome/assinatura do representante legal)